



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# **Conhecimento e sua Representação:**

Contribuições da Concepção Dialética para sua Compreensão  
Leilah Santiago Bufrem  
Fabio Assis Pinho

**Como citar:** BUFREM, L. S.; PINHO, F. A. Conhecimento e sua representação: contribuições da concepção dialética para sua compreensão. *In:* ALVES, M. A.; GRÁCIO, M. C. C.; MARTINEZ-ÀVILA, D. (org.). **Informação, conhecimento e modelos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 221-238.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-86497-29-2.p221-238>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# CONHECIMENTO E SUA REPRESENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA CONCEPÇÃO DIALÉTICA PARA SUA COMPREENSÃO

Leilah Santiago Bufrem  
santiagobufrem@gmail.com

Fabio Assis Pinho  
fabiopinho@ufpe.br

## INTRODUÇÃO

A dificuldade de atingir o conhecimento “certo”, “pelas causas”, conforme almejava Bacon, torna-se evidente no cotidiano, diante das informações excessivas, descontextualizadas, anacrônicas, manipuladas ou desencontradas, no dia a dia de nossa experiência vital. Como consequência da ampliação de ofertas tecnológicas disponíveis, no contexto denominado pós-modernidade, são colocadas à prova noções clássicas de verdade, razão, identidade, objetividade e emancipação universal, questionando-se, inclusive, aquilo que se costuma afirmar como “cientificamente comprovado”. De modo particular, na sociedade movida pelo capital, profissionais que trabalham com a informação constataam as contradições presentes no seu cotidiano, como, por exemplo, a informação que se tem nem sempre é aquela que se quer, a informação que se quer não é a informação da qual se precisa; a informação da qual se precisa não é aquela possível de ser obtida e a informação que se pode obter custa mais do que se quer ou pode pagar (GIANNETTI, 2014).

O ritmo das transformações conjunturais determinantes dos modos de apreensão e representação da realidade e as formas de organização do conhecimento provocam a pertinência de reflexões sobre sua complexidade em diversas áreas do saber, tais como a filosofia e a ciência da informação. As dificuldades, não somente para reconhecer, como para representar o conhecimento, afetam as atividades profissionais e justificam a reflexão sobre as linguagens documentárias construídas ou utilizadas pelos

agentes do campo da organização do conhecimento. Elas podem pecar pela redução dos significados, revelando-se o dilema entre, por um lado, a esperada abrangência universal, respeitando o contexto global e, por outro, a particularização relativa aos contextos e peculiaridades locais. A dificuldade na concepção de linguagens documentárias universais decorre da necessidade de atualizações constantes e da apresentação de termos, formato e interoperabilidade da estrutura ou sistema de organização do conhecimento, de sua manutenção e atualização, bem como da necessária influência mútua entre a organização e a recuperação da informação, como processos complementares.

Esses processos são ainda dificultados pelo poder e uso político das informações, gerando um desequilíbrio capaz de impedir ou obscurecer a construção do conhecimento, dado que ele não procede somente da informação, mas de condições socioeconômicas favoráveis para que ela ocorra.

Neste trabalho, apresentamos uma discussão sobre os conceitos de conhecimento, representados por termos claros e distintos, mas cuja definição se torna complexa, dadas as relações entre eles, porque os conceitos, reconhecidos como resultantes de construções históricas, dependem dos modos de processar informações e gerar conhecimentos para, se possível, atingir a verdade.

Com esta primeira aproximação, procuramos, neste trabalho, integrar os conceitos analisados, na sua sucessão temporal, com respeito aos demais e à totalidade, questionando: como se apresentam, em textos sobre a gnosiologia, os conceitos de conhecimento, sob uma visão diacrônica, reconhecendo as mudanças que sofreu e como ocorreram, por sucessão, ao longo do pensamento ocidental; quais as concepções seminais construídas sobre a possibilidade, origem e natureza do conhecimento e que aspectos constituiriam uma teoria dialética sobre o conhecimento. Procuramos destacar as possibilidades do conhecimento, não como um processo de assimilação ou fusão com o real, mas como “produção de conceitos”, graças à qual a apropriação de um campo teórico ou empírico se torna possível. Essa perspectiva relacional, isto é, pela consideração dos fatos em função uns dos outros, compõe um conjunto integrado para a elaboração do conhecimento e, portanto, de sua representação.

Partimos do pressuposto de que os conhecimentos são constituídos graças à natureza social do sujeito, marcada pela conjuntura em que se produzem e desafiada por informações contraditórias, incoerentes, excessivas ou inverossímeis e pela aceleração do fluxo de sua produção.

De certa forma, é necessário observar que a relação entre conhecimento e verdade é bastante delicada, pois há autores que divergem quanto à concepção realista de verdade, especialmente com base na teoria foucaultiana que implica a redução dos fenômenos sociais aos discursos acerca desses fenômenos. Assim, a pergunta sobre em que sentido há verdades objetivamente válidas, nas áreas de ciências sociais e humanas, na concepção de Weber (2001, p. 82), não pode ser evitada, tendo em vista “a contínua mudança e as acaloradas polêmicas” que, já no início do século XX, se travavam a respeito dos problemas aparentemente elementares “de nossa disciplina, do método de trabalho, da formação dos conceitos e da sua validade.” Verifica-se, logo, que a ideia de complexidade presente na noção de verdade já estava nos alicerces do pensamento científico de Weber. Entretanto, nossa forma de analisar e interpretar o ato de conhecer e a possibilidade de chegar à verdade vai às suas origens, na filosofia clássica. Assim, não pretendemos fixar, identificar e utilizar conceitos seguindo os ditames da lógica da identidade, mas historicizar a compreensão sobre o conhecimento e a busca pela certeza. Embora reconhecendo a recente e influente abordagem semântica da verdade, proposta por Alfred Tarski (1943), o qual a percebe como espécie de correspondência, preferimos optar pelo estudo das concepções históricas presentes na teoria do conhecimento, porque o critério correspondencial de verdade se funda na relação entre linguagem e mundo, ou seja, quando a linguagem corresponde aos fatos existentes se pode atribuir valor de verdade à proposição (ou sentença, crença, juízo enunciado). Pode-se afirmar, todavia que, apesar de seu apelo intuitivo, a definição da verdade como correspondência enfrenta dificuldades, segundo argumentam Moser e colaboradores, para os quais é difícil definir exatamente em que consiste a relação de correspondência entre uma afirmação (ou crença) e o mundo (2004, p. 74). Por outro lado, a posição de Spinoza e dos racionalistas, de um modo geral, pode sugerir que o verdadeiro conhecimento só seria alcançado na medida em que nos colocássemos no ponto de vista do absoluto, isto é, se a filosofia tem a pretensão de conhecer a verdade, deve procurar ir às coisas em si mesmas, de um modo absoluto. Nesse caso, seria uma contradição procurarmos chegar



a um conhecimento apenas relativo, pois, se conhecer significa conhecer a verdade, uma verdade relativa não seria verdade.

Diante desse cenário desafiante, pretendemos rever diacronicamente concepções tradicionais concernentes à possibilidade e origem do conhecimento, em movimento exploratório, sobre as principais posições da teoria do conhecimento, bem como explicitaremos alguns traços elementares de algumas concepções.

Examinamos como se articulam esses conceitos enquanto elementos de conjuntos mais amplos na atual configuração social, para, então, identificar aspectos distintivos da teoria dialética do conhecimento.

A análise aqui realizada volta-se aos modos de concepção do conhecimento, procurando contribuir para a compreensão de seu processo de organização e representação. A partir do referencial teórico, analisamos e dispomos as posições tradicionais sobre o processo cognitivo, destacando, a seguir, os aspectos distintivos da teoria dialética do conhecimento.

Na primeira parte do texto, serão revistas as concepções sobre o conhecimento em visão diacrônica, enquanto, na segunda, será exposta uma compreensão dialética do conhecimento, na concepção materialista, para finalizar com as considerações finais sobre o tema.

## **2 CONCEPÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO EM VISÃO DIACRÔNICA**

As posições históricas sobre o conhecimento, em resposta à problemática, são aqui sumariamente organizadas com base nas questões de Hessen (2012) com respeito à possibilidade e à origem do conhecimento e sua relação com a verdade.

Diante da questão sobre a possibilidade do conhecimento e, portanto, de atingir a verdade, o dogmatismo seria aparentemente uma posição ingênua, uma vez que não coloca em dúvida essa possibilidade. Entre seus pressupostos, destaca-se o de que o conhecimento se processa a partir da realidade. Orientada pela tradição metafísica, direção visível desde que considerados os conceitos como os de essência e verdade, implícitos na concepção do conhecimento, essa forma de interpretar o ato de conhecer originou-se na filosofia clássica.

Em Platão (1988, Livro 7, p. 284), o conhecimento somente se daria por meio da dialética – o conjunto de esforços de especulação e dos resultados obtidos na investigação da verdade. Graças a aproximações sucessivas mediante as quais o homem se eleva pouco a pouco, em movimento ascendente, chega-se ao conhecimento e à verdade. No diálogo *A República*, Sócrates convida Glauco a comparar o mundo percebido pelos sentidos com o domicílio carcerário da caverna e a luz do fogo que nele espelnde com a energia do sol. Subindo para o mundo superior, o homem eleva sua alma para a região inteligível, libertando-se de uma aparente natureza para entrar na posse daquela que seria a sua verdadeira (PLATÃO, 1988, Livro 7, p. 284).

A posição epistemológica de Platão tem sido considerada a mais antiga das formas do racionalismo na história da filosofia ocidental, pois os sentidos apreendem objetos que são cópias imperfeitas daquelas essências que a alma contemplara – e isso possibilita que ela vá se lembrando das ideias. Assim compreendido, o conhecimento seria, de fato, reconhecimento, reminiscência, retorno, embora todo o verdadeiro saber se distinga pelas notas da “necessidade lógica e da validade universal”, jamais fornecidas pelos sentidos. O que devemos aos sentidos não seria uma *episteme* (um saber), mas uma *doxa* (opinião). Ao tomar essa posição como um pseudo-racionalismo, Popper (1974, p. 235) argumenta que o “[...] intuícionismo intelectual de Platão [seria a] crença imodesta nos dotes intelectuais superiores de alguém e a reivindicação de ser um iniciado, de saber com certeza e com autoridade.”

Ao fazer da razão o principal instrumento da investigação filosófica, Descartes (1968a) foi considerado o fundador do racionalismo moderno. Pela convicção de que a razão seria capaz de chegar ao conhecimento da realidade, lançou como proposição básica o *cogito* (penso, logo existo).

Embora parta da dúvida universal (hiperbólica) como primeiro movimento para se chegar ao conhecimento, Descartes (1968a, p. 55) proclama o *cogito*, “Penso, logo existo”, como a “[...] primeira e mais verdadeira (proposição) que se apresenta àquele que conduz o pensamento por ordem.” Com o método “[...] para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências”, o autor (1968a) expõe os fundamentos metodológicos que podem ser resumidos em dúvida sistemática, dedução e rejeição das noções tradicionais. Descartes evita o grande número de preceitos

componentes da lógica, mas recomenda a “[...] firme e constante resolução de não deixar de observá-los uma única vez.” (1968, p. 27).

Ao seguirmos diacronicamente uma orientação filosófica cuja prioridade recaiu sobre a razão e que tem sua expressão mais remota na filosofia ocidental em Platão, influenciando outras doutrinas e até o pensamento contemporâneo, recuperamos uma das linhas de pensamento a que se oporia a outra, como sua antítese: o empirismo.

Originado das reflexões de Sexto Empírico (BURY, 1990), dirigidas contra a defesa dogmática da pretensão de conhecer a verdade absoluta, o empirismo pauta-se na convicção de que a experiência é a única fonte de conhecimento humano, levando seus seguidores à negação de um patrimônio *a priori* da razão. Essa negação identifica o intelecto a uma tábula rasa, defendida no empirismo, espécie de folha em branco, na qual a experiência escreve. Como consequência epistemológica, essa linha de pensamento reconhece que toda a verdade, sem caráter absoluto, deverá ser posta à prova e, portanto, corrigida ou modificada. O sujeito empírico, ou metódico, nada afirmaria sobre fatos obscuros, mas seguiria os fenômenos, ao modo dos céticos.

A valorização da pesquisa empírica leva Bacon (1999) a rejeitar a aceitação à autoridade, decorrente especialmente da crença na filosofia escolástica, iniciada por São Tomás de Aquino, pela qual todo o saber estaria na obra de Aristóteles e de seus continuadores (*magister dixit*). Opondo-se a essa atitude passiva, Bacon defende o método indutivo para a solução de problemas, argumentando a necessidade de verificar e observar os fatos isolados da experiência para chegar, de um modo rigoroso, aos conceitos, às leis e às teorias científicas.

Só há e só pode haver duas vias para a investigação e para a descoberta da verdade. Uma, que consiste no saltar-se das sensações e das coisas particulares aos axiomas mais gerais e, a seguir, descobrirem-se os axiomas intermediários a partir desses princípios e de sua inamovível verdade. [...] A outra, que recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar, em último lugar, os princípios de máxima generalidade. (BACON, 1999, p. 29).

Derivado dos fatos da experiência e da observação, o conhecimento científico seria alcançado a partir da formulação de hipóteses e repetição do experimento com dados e evidências comprobatórios conducentes à formulação das generalizações. Convicto de que a mente poderia chegar à verdade, se seguisse esse método indutivo de investigação da causa do fenômeno, Bacon contribuiu ao desenvolvimento da ciência, alertando para a insuficiência da formulação de teorias, sem a necessária experimentação. O empirismo moderno, embora tenha recebido a influência cartesiana, retomando o problema crítico, considera que, ao invés da disputa por ideias quase filosóficas, deve-se questionar a capacidade de conhecer e, assim, descobrir até onde se pode chegar. A prodigiosa quantidade de ideias que a mente humana utiliza na sua ilimitada atividade é fruto “[...] da experiência, o fundamento de todo o nosso saber e donde, em última análise, todo ele procede”, afirma Locke (1956, L. I, C. II, § 1). Continuidor das ideias de Locke, David Hume foi quem tornou o empirismo de Locke e Berkeley coerente consigo mesmo, isto é, cético, conforme Russell (1957), graças à sua habilidade de seguir uma linha de argumentação liberta de muitos dogmas filosóficos e teológicos.

Nesse sentido, entendemos que a exposição dessas vertentes antagônicas, o racionalismo e o empirismo, procura explicar a origem do conhecimento e motiva a denúncia de Bachelard (1949) sobre o duplo mito de uma racionalidade vazia e de um empirismo descosido.

Entre as correntes representadas pelo racionalismo e o empirismo, uma mediação possível, segundo Hessen (2012), seria o intelectualismo. Tal direção epistemológica tem origem na Grécia e, mais especificamente, em Aristóteles, criador da lógica formal, ou a arte e o método de pensar corretamente, expressa no *Organon*, um conjunto de textos sobre o tema.

Outra mediação possível para superar o mito denunciado por Bachelard foi o kantismo. Embora a posição que atribui à razão a principal fonte de conhecimento tenha sido precursora do criticismo de Kant<sup>1</sup>, esse autor confere significativo papel à experiência, partindo da distinção entre três modos de conhecer: a sensibilidade (*Sinnlichkeit*), o entendimento discursivo (*Verstand*) e a razão (*Vernunft*). A essa razão, Kant acrescenta o adjetivo “pura”, reconhecendo que,

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que Kant não é dogmático, embora tenha sofrido influência de teóricos dogmáticos em relação ao papel da razão, na aquisição do conhecimento.

[...] se é verdade que alguns conhecimentos derivam da experiência, alguns há, no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona [...] (KANT, 1965, p. 5).

Aos conhecimentos não originados da experiência, Kant atribui uma origem *a priori*, noção fundamental da doutrina concebida como síntese entre o racionalismo e o empirismo. Ao distinguir os dois elementos do ato cognitivo, a matéria, proveniente da experiência e a forma, derivada do pensamento, Kant reconhece não existir conhecimento sem intervenção da experiência e tampouco sem as formas *a priori*. Desse modo, o conhecimento tem duas origens: a primeira, a que recebe as representações, ou seja, a sensibilidade; a segunda, a faculdade de conhecer um objeto, quer dizer, o entendimento. “Pela primeira, os objetos nos são dados e pelo segundo, são concebidos.” Intuição e conceitos constituem, em Kant, os elementos de todo o nosso conhecimento e, conseqüentemente, nem conceitos, sem uma intuição de certa maneira correspondente a eles, nem intuição sem conceitos podem fornecer um conhecimento. Na verdade, a intuição não pode ser senão sensível, ou seja, contém somente o modo como somos afetados por objetos. Já o entendimento é a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível. Assim concebidos os elementos, infere-se que, sem sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado e, sem entendimento, nenhum objeto seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas. [...] (KANT, 1965, p. 27).

A originalidade da noção kantiana reside na função atribuída ao *a priori*, como condição de todo o conhecimento objetivo, embora não se constitua um campo ou domínio à parte do conhecimento. O mérito kantiano, na concepção de Fougeyrollas (1992, p. 195), foi ter superado o ceticismo empirista e o dogmatismo racionalista. O processo de conhecimento científico, longe de se reduzir às sensações, conforme o empirismo, ou aos conceitos, de acordo com a concepção dos racionalistas, engloba uma colaboração permanente das sensações, as quais preenchem os conteúdos, e dos conceitos, que determinam as formas deste conhecimento.

A configuração das duas posições, racionalismo e empirismo, cujos pontos de partida para alcançar o conhecimento seriam a razão ou os sen-

tidos, a observação ou as teorias e hipóteses, teria sido motivo para Hume (2001) construir sua teoria sobre a ciência da natureza humana como um esforço de continuidade à obra baconiana, partindo da experiência como fundamento sólido para a reflexão. Hume (2001) designou como trabalho da mente a associação das imagens, realizada por meio de três normas ou preceitos: da semelhança, da contiguidade e da causalidade. Por conta disso, sua importante contribuição foi o fato de duvidar do próprio método indutivista. As ideias relacionam-se umas com as outras por semelhança, por contiguidade de tempo e lugar e por causalidade e, nessas relações, o conhecimento obtido é chamado de demonstrativo, intuitivo ou dedutivo.

Outro marco na linha iniciada por Bacon foi o pensamento de John Stuart Mill, representante do empirismo inglês, cujo principal objetivo consistiu em renovar a lógica, tida como acabada e perfeita, desde a construção aristotélica. Como representante do empirismo, de certa forma ultrapassou Locke e Hume, ao reduzir também à experiência o conhecimento matemático. Mill destaca três operações a serem seguidas, na investigação científica: a indução, a racionalização e a verificação (GOODE; HATT, 1969, p. 398).

O raciocínio indutivo influenciou de modo especial a produção do conhecimento científico, passando a ser visto como método por excelência para as ciências naturais. Com o advento do positivismo por Comte, foi enfatizada a sua importância ao ponto de ser proposto como método das ciências humanas. O positivismo apresentou-se historicamente em forma de uma teoria geral da ciência, por Augusto Comte, significando, ao mesmo tempo, uma concepção global do devir do espírito humano.

O contraponto à crença no poder das ciências da natureza do século XVII era de que os conhecimentos gerados pelas ciências humanas e sociais permitissem ao homem um domínio análogo sobre o mundo humano e histórico. Percebe-se como um *continuum* o que seria chamado projeto da modernidade, o qual, segundo Coelho Netto (1995), lançado no século XVIII, firmou-se ao longo do XIX, marcado, neste, por processos como o da Revolução Industrial, de um novo pensamento sobre o social (como o de Karl Marx) e dos passos iniciais da psicanálise, apenas para citar os mais evidentes. Mas a modernidade assumiu contornos mais nítidos, no início do século XX, quando da primeira revolução russa, numa proposta de alteração das relações sociais, após a qual a humanidade não voltou e não vol-

tará a ser a mesma. A teoria transformadora do núcleo do conhecimento humano se desvela, quando Einstein escreveu seus artigos revolucionários sobre a teoria da relatividade, quando conceitos fundamentais, como o de espaço e tempo, “[...] são revistos de cima para baixo. Deixam de existir noções até então consideradas postulados, princípios não demonstrados.” (COELHO NETTO, 1995, p. 25).

Com fortes tendências provenientes das correntes empirista e funcionalista, o período da Segunda Guerra Mundial, decisivo para as ciências sociais, especialmente nos Estados Unidos e, de modo indireto, porém efetivo, para a Ciência da Informação, foi caracterizado pela busca de uma nova sistematização. Entre os problemas epistemológicos que, segundo Ianni (2013), precisariam ser mais bem explicitados para esclarecer a controvérsia sobre a crise de paradigmas na sociologia, destaca-se o da relação sujeito-objeto do conhecimento. Na sociologia, essa é sempre uma relação complexa, com sérias implicações quanto ao objeto e método. As diversas perspectivas teóricas mostram que a relação sujeito-objeto nem sempre se resolve numa tranquila relação de exterioridade, como se o real e o pensado se mantivessem incólumes.

Sucedem-se momentos lógicos da reflexão sociológica, opondo-se pares dicotômicos, como aparência e essência, parte e todo, singular e universal, qualidade e quantidade, sincrônico e diacrônico, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. Nem sempre coincidentes seus significados, há conceitos sociológicos divergentes, de acordo com as teorias que os aplicam.

Nessa conjuntura, o *estruturalismo*, termo nascido dos estudos da psicologia da forma e da linguística, veio a significar todo o método ou processo que, em qualquer campo do conhecimento, leve em conta as relações e inter-relações entre os elementos da cultura humana, considerada como estrutura. Parte do princípio de que cada sistema seja um jogo de oposições, presenças e ausências, constituindo-se numa estrutura, onde todo e partes seriam interdependentes, de sorte que modificações num dos elementos implicariam modificação de cada um dos outros componentes e do próprio conjunto. O termo, em nossos dias, aplica-se para identificar as correntes com bases conceituais na linguística de Saussure (2006) e na antropologia de Lévi-Strauss (2008). Para chegar ao conhecimento, parte-se de um fato concreto, elevando-se a seguir ao nível abstrato, por intermédio

da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo e retornando ao concreto, de maneira a relacioná-lo com a experiência do sujeito. Na sua exigência mais geral, o estruturalismo tende não só a interpretar em termos de sistema um campo específico de pesquisa, como também a mostrar como os diversos sistemas específicos se correspondem ou têm entre si caracteres análogos. O sentido e o valor relativo de qualquer elemento dependem de sua posição em relação aos demais. Assim, a proposta de investigação estruturalista tem como regra principal de observação que os fatos devem ser descritos sem que preconceitos teóricos alterem sua natureza e sua importância.

O estruturalismo se opõe a qualquer tipo de idealismo, pois, embora seu modelo conceitual se apresente como uma construção científica, esta não poderia ser reduzida a um ato ou função subjetiva. De fato, a questão consiste em explicar como esse subjetivo se torna um coletivo, garantindo o conhecimento objetivo. Dessa forma, confirma a objetividade de todo sistema de relações.

Buscando ultrapassar o dualismo entre indivíduo e sociedade, de modo a ampliar as opções metodológicas, a fenomenologia de Husserl desempenhou importante papel para as ciências sociais. Elegendo o método fenomenológico como modo seguro e liberto de pressuposições para todas as ciências, Husserl argumenta que a fonte de conhecimento seria a consciência. Assim, toma como ponto de partida de sua filosofia e da metodologia dela decorrente os fenômenos da consciência, por entender que somente eles poderão revelar o que as coisas realmente são. A intencionalidade, característica da consciência, é um conceito-chave da fenomenologia (PEDRA, 1992), utilizado por Husserl de maneira bastante precisa, para indicar que a consciência é sempre consciência de alguma coisa. Alguns nomes, como os de Merleau-Ponty, Paul Ricoeur, Karl Jaspers, L. Binswanger, Paul Tillich e Alfred Schutz, receberam a influência da fenomenologia e, segundo Sutton (1993), isso se deve em parte ao desenvolvimento de métodos por ela inspirados, diante das perceptíveis limitações nos estudos sociológicos e, em parte, pela similaridade dos fenômenos estudados. A fenomenologia está associada à produção de conhecimento, à medida que os estudos dos fenômenos encontram verdades provisórias até que novas surjam, pois o conhecimento estará restrito à experiência da consciência humana.



Com base nessa visão diacrônica, a modo de síntese, constata-se que, em relação à fonte do conhecimento, confrontam-se posições fundamentadas em princípios diversos, cujas correntes são dificilmente categorizáveis. Nesse sentido, cairemos em simplificação se, diante das contribuições dos pensadores cujas obras renovam nossa capacidade de compreender o conhecimento, simplesmente afirmarmos que: o realismo defende a existência de coisas reais, independentes da consciência; que o racionalismo posiciona-se em favor da razão como a principal fonte de conhecimento, da verdade e dos juízos verdadeiros decorrentes da necessidade lógica e com validade universal; que, segundo o empirismo, a fonte do conhecimento é a experiência, e a mente é uma tábula rasa; que o intelectualismo considera o pensamento e a experiência como partícipes na formação do conhecimento (*Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*); que o apriorismo se fundamenta na existência de formas *a priori* da consciência, receptoras de conteúdo da experiência; que, para o idealismo, é impossível pensar em coisas reais, independentes da consciência; por fim, que, para o fenomenalismo, o conhecimento não se refere às coisas como são, mas como se nos aparecem. Todas essas generalizações são limitadas pois cada uma das concepções até aqui analisados reveste-se de significados diversos em cada contexto em que se apresentam. No entanto, a concepção do conhecimento como uma construção social nos permite ir mais fundo do que a simples descrição de como ele tem sido compreendido. Essa compreensão é ampliada pela análise dialética que, ao definir as relações do geral com o particular, em sua concretização histórica, tem sido reconhecida como metodologia *stricto sensu*, mais precisamente como esforço epistemológico, no sentido de destacar os traços comuns ou, ao contrário, diferenciados de um caso para outro, de todas as abordagens científicas que visam a prestar contas dos desenvolvimentos que se desenrolam no tempo (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 68).

### 3 UMA COMPREENSÃO DIALÉTICA DO CONHECIMENTO

O pensamento dialético se inicia, como afirma Goldmann (1958), com uma frase talvez exagerada, quase um manifesto ou anúncio revolucionário que se opera no pensamento filosófico: ao *Ego* de Montaigne e Descartes, Pascal contrapõe: “O eu é odioso.” Desde então, de Hegel a Marx, “[...] os outros homens se farão cada vez mais, não seres que eu vejo

e ouço, mas seres com os quais ajo em comum.” (GOLDMANN, 1958, p. 14). Essa consciência social e histórica ultrapassa o eu individualista, constituindo-se em forma de superação de posições contraditórias com respeito ao conhecimento e sua possibilidade. Se, para o racionalismo, o passado é visto como um erro cuja utilidade seria iluminar o progresso da razão, para o empirismo, ele consiste numa massa de fatos reais relacionados aos possíveis futuros.

A superação das posições contraditórias do racionalismo e do empirismo se obtém pela síntese, procedimento intelectual de superação dos opostos, possível graças à dialética imposta pelo movimento do real. Como raiz para a explicitação de um método capaz de orientar a elaboração e representação do conhecimento, a dialética do conhecimento não se constitui em construção teórica especulativa. Pode-se afirmar que ela é uma aplicação de um modo especial de analisar a realidade, conforme Prado Júnior (1973). Seria um método que fornece os elementos e base necessários para a sistematização teórica de seus procedimentos, assim como para a busca da compreensão dos caminhos para o conhecimento e, portanto, de sua representação. Ao argumentar que o “ideal” é o material transposto e traduzido na mente humana, Marx comenta sua crítica ao aspecto mistificador da dialética de Hegel, declarando-se abertamente discípulo do autor:

A mistificação que sofre a dialética nas mãos de Hegel de modo algum obsta para que tenha sido ele que, pela primeira vez, tenha exposto de maneira ampla e consciente as formas gerais do movimento daquela. Nele a dialética está posta ao revés. É necessário dar-lhe volta, para descobrir assim o núcleo racional que se oculta sob a envoltura mística. (MARX, 1975, p. 19-20).

Entretanto, para compreender a importância e a lógica de funcionamento desse modo de representar, é necessário compreender a tensão dialética que constitui a natureza “construtiva” do conhecimento, efetuada pelo pensamento e suas operações. Consistindo numa “representação” mental do “concreto”, ela é elaborada a partir da percepção e intuição entre os opostos (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 2). Assim, o concreto, segundo Marx (2011, p. 54),

[...] é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, a unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pen-

samento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo, e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.

O concreto pensado seria, na concepção de Durand (1995), uma “representação”, construída a partir de conceitos previamente elaborados, de um real que permanece distinto e independente do espírito pensante.

Fundamentado nessa concepção, Marx (2011, p. 54) distingue entre os três tipos de concreto: o real concreto (das Real), ponto de partida de toda intuição e toda representação e, como tal, pressuposto efetivo do pensar científico; o concreto representado pela consciência imediata, por meio de categorias que a análise mais atenta revela serem ainda meras abstrações (*Abstrakta*); o concreto como “processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida”, efetivamente conceituado – e “não mais individual, mas sim um todo, “uma rica totalidade, de muitas determinações e relações”, expressando não mais momentos isolados apreendidos pelos sentidos, mas o nexos concebido e conceituado (MARX, 2011, p. 54).

Assim compreendido, o conhecimento é atividade, isto é, processo dinâmico e não apenas um reflexo ou espelho de uma realidade externa. Dessa maneira, não se identifica com as concepções anteriores, como o empirismo, cujo argumento principal se funda no predomínio da experiência e da observação sensorial. Mas tampouco se adequa aos pressupostos racionalistas, pois não prescinde do concreto, para que se processe, como argumenta Sánchez Vásquez (2011, p. 209), ao afirmar que o conhecimento “[...] é uma atividade, um processo mediante o qual se recorre a uma série de operações e procedimentos.” Esse processo permite que os dados iniciais (nível empírico) sejam transformados em um sistema de conceitos (nível teórico). O conhecimento, “[...] elevando-se, assim, do concreto ao abstrato, constitui, por isso mesmo, uma atividade cognoscitiva criadora.”

O conhecimento seria realizado, por conseguinte, sob um ponto de vista relacional, pelo questionamento de como esses momentos “participam” uns dos outros; de como entre si se entrosam nas duas dimensões da sucessão – transformação e simultaneidade – e de como cada qual tem um sentido e papel que deriva desse seu entrosamento com os demais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico em que se fundamentam os estudos sobre as relações entre conhecimento e verdade expressa ampla diversidade de pontos de vista e pressupostos construídos pelos pensadores, aqui tratados sob um viés diacrônico e exploratório. Das reflexões sumariadas neste trabalho, pode-se apenas inferir que o conhecimento se verifica, do concreto e das sensações em espaço e tempo definidos, ou seja, sempre situado em contexto no qual permeiam relações de forças, lutas e interesses políticos. Se devemos perceber o conhecimento sob o ponto de vista relacional, isto é, pela consideração dos fatos em sua relação uns com os outros, impõe-se saber como isso ocorre e como se entrosam nas duas dimensões da sucessão – transformação e simultaneidade – e de como cada qual tem um sentido e papel que deriva desse seu entrosamento com os demais.

Em decorrência de sua historicidade, o conhecimento científico não resulta da descrição da realidade em si, mas do resultado de um trabalho para a compreensão dessas relações e condições, o qual inclui um esforço de objetividade relativa às informações e aos conhecimentos situados no espaço e no tempo. O mesmo esforço refere-se ao olhar de quem organiza e representa o conhecimento, pois esse tipo de construção está sempre dependente do referencial e do olhar, tanto daquele que organiza para representar quanto daquele que seleciona para utilizar, assim como dos elementos externos a eles, como fontes, instrumentos e influências que recebem e com os quais trabalham.

Ao considerarmos esses elementos que compõem o universo das concepções aqui analisadas, é possível relacioná-los às circunstâncias sob as quais ocorre o trabalho para organizar e representar o conhecimento. Além disso, são reconhecidas as relações presentes a partir de uma construção fundamentada nas interfaces entre campos do conhecimento e seus conceitos. Partindo-se de uma reflexão crítica sobre os conceitos gerais que guiam a representação e a recuperação da informação e do conhecimento, a apropriação da informação se realiza com a compreensão dos contextos e de sua representação em acervos informacionais e digitais e em fontes de dados.

Assim, importa não apenas situar e reconhecer essas relações historicamente construídas, mas analisá-las e interpretá-las, como resultado de um conjunto de fatores que caracterizam e influenciam a produção, or-

ganização e representação do conhecimento. Como a atividade do conhecimento é a elevação, do concreto, ou ponto de partida de toda intuição e de toda representação, para o abstrato, que expressa o nexos concebido e conceituado, representar esse concreto pensado seria uma nova síntese promovida pelo pensamento para expressá-lo em formas de representações.

Completa-se, com essa síntese, o ciclo dialético do conhecimento, do real concreto para a síntese de múltiplas determinações, ou real pensado e, deste, para a sua representação.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Dialéctica negativa: la jerga de la autenticidad*. Madrid: Akal, 2005.
- BACON, F. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BLACK, M. *Inducción y probabilidad*. Madrid: Cátedra, 1979.
- BORGES, M. E. N. et al. A ciência cognitiva discutida à luz da perspectiva cognitiva: resultados de pesquisa e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ENANCIB, 2003.
- BORNHEIM, G. A. *Dialética, teoria, práxis*. Porto Alegre: Globo, 1983.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. Sociologia. Coord. de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BURY, R. G. *Sextus Empiricus*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- COELHO NETTO, J. T. *Moderno pós-moderno: modos & versões*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- DESCARTES, R. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Hemus, 1968a.
- \_\_\_\_\_. *Princípios da Filosofia*. São Paulo: Hemus, 1968b.
- DURAND, J. P. *A sociologia de Marx*. Paris: Le Découverte, 1995.
- EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FOUGEYROLLAS, P. *Ciencias Sociales y Marxismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GADAMER, H.-G. *Verdad y método II*. 2. ed. Salamanca: Sígueme, 1994.
- GIANNETTI, E. *Auto-engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel, 1978.
- HABITZREUTER, V. *Intuição bergsoniana: vivência da duração e abertura para a mística*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- HEIDEGGER, M. *A determinação do ser do ente segundo Leibniz*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p.215-229. (Coleção “Os Pensadores”).
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche I*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HIRSCHBERGER, J. *História da filosofia moderna*. 2. ed. São Paulo: Herder, 1967.
- \_\_\_\_\_. *História da filosofia contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Herder, 1968.
- \_\_\_\_\_. *História da filosofia na antiguidade*. São Paulo: Herder, 1969.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- JAMES, W. *Pragmatismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção “Os Pensadores”).
- MALEBRANCHE, N. *De la recherche de la vérité*. Livres I-III (1674-1714), Bibliothèque des Textes Philosophiques, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2006.
- MARX, K. The Elections in England: Tories and whigs. *New York Daily Tribune*. London, August 6, 1852. Disponível em: [www.marxists.org/archive/marx/works/1852/08/06.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1852/08/06.htm). Acesso em: 15 jun.2015.
- \_\_\_\_\_. *El Capital*. Tomo I. México: Siglo XXI, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo. Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOSER, P. K. et al. *A teoria do conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NIETZSCHE, F. *Vontade de potência*. Porto Alegre: Globo, 1945.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres Philosophiques Complètes*, I, 2, Écrits Posthumes: 1870-1873. Paris: Gallimard, 1975.

NOBRE, M. Marx Horkheimer: a teoria crítica entre o marxismo e o capitalismo tardio. In: \_\_\_\_\_. *Curso livre de teoria crítica*. Campinas, SP: Papirus, 2008.

PEDRA, J. A. *Currículo, conhecimento e suas representações*. 1991. 131 p. Tese (Professor Titular) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1991.

PLATÃO. *A República*. Diálogos. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. *Conjeturas e refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

PRADO JÚNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. *Discurso*, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973.

RUSSELL, B. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Nacional, 1957. Livro 3, parte 1.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCIACCA, M. F. *História da Filosofia I: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1967.

\_\_\_\_\_. *História da Filosofia II: do humanismo a Kant*. São Paulo: Mestre Jou, 1968a.

\_\_\_\_\_. *História da Filosofia III: do século XIX aos nossos dias*. São Paulo: Mestre Jou, 1968b.

SUTTON, B. The rationale for qualitative research: a review of principles and theoretical foundations. *Library Quarterly*, Chicago, v. 63, n. 4, p. 411-430, 1993.

TARSKI, A. The semantic conception of truth. *Philosophy and Phenomenological Research*, Buffalo, v. 4, p. 341-375, 1943.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política, In: \_\_\_\_\_. *Metodologia das ciências sociais - Parte 1*. 4. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.